

**ATA DA 177ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 14/11/2013

PRESIDENTE

JOSÉ DE FILIPPI JR

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

ADÃO DO CARMO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 15h

Término: 18:30h

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

RAIMUNDO CAETANO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
JOSÉ DA GUIA PEREIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARCIONILIA NUNES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
KEZIA ADRIANA ARAÚJO ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MAURICIO SILVA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
EXPEDITO PEDRO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTÔNIA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SAÚDE NORTE

CRISTINA HATSUE YOSHIKAWA LEITE ARAUJO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GILBERTO FRACHETTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
OLDIMAR SÉRGIO ALVES DOS SANTOS (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

ANTÔNIO CARLOS DA CRUZ JR (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LUIS CARLOS DE ARAUJO LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANTÔNIO CARLOS LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LOURDES ESTEVÃO DE ARAUJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

DORACI MARIA AFONSO CASTRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA TEREZA DE ALMEIDA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representantes do Poder Público:

JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

JOSÉ DE FILIPPI JR. - PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DELTINA CÂNDIDA DOS SANTOS FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
ENI MARIA DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
LILIAN MANZALLI - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
MARIA DE FATIMA DA SILVA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ANA LÚCIA FIRMINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DENISE GONÇALVES BORGES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
TEREZA CRISTINA LARA DE MORAES DA CUNHA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
VALDEMIR CÉLIO RIBAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ERIK VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
PATRICIA MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO
MAGALY EZEQUIEL (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

FRANCISCO SANDRO SALAS ROLDAN (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
DENIS VEIGA JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
LILIAN MANZALLI - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CÉLIA APARECIDA ASSUMPÇÃO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS)
JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALINE MARY DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
DONATO JOSÉ MEDEIROS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
PEDRO CLÁUDIO BORTZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
RUBERVAL RAMOS CASTELLO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
ARLINDO LIBERATTI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
ADRIANO FORGUIEIRI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MÁRIO SILVA MONTEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
CARLOS EDVAL BUCHALLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
FÁBIO ROBERTO OLIVEIRA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS
JOSÉ CARLOS RIECHELMANN (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
APARECIDA SANTA CLARA BERLITZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
REGINA APARECIDA MARCHIORE DE CARVALHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DIGITAÇÃO: AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO

APOIO: SECRETARIA GERAL DO CMSSP

O Secretário Geral do Conselho: Faz a primeira chamada para verificação de quórum às 14:45 e constata a presença de 15 conselheiros. Ainda não há quórum. Aguarda o tempo regimental e às 15h faz nova chamada. É constatada a presença de 19 conselheiros. Há quórum.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Abre a reunião.

O Secretário Geral do Conselho: Lê a pauta.

Pauta:

A- Aprovação das Atas da 176ª Reunião Plenária Ordinária e 4ª e 5ª Reuniões Plenárias Extraordinárias;

B- Informes da Mesa;

C- Informes dos Conselheiros;

D- Relato das Comissões;

E- Ordem do Dia:

1– Relatório Anual de Gestão 2012 – RAG 2012;

2 – Programação de Ações e Metas 2014 – Programa Municipal de DST/Aids;

3 – Projeto de Educação Permanente em Saúde Mental;

4 – Processo de Renovação do Conselho Municipal de Saúde – Biênio 2014/2015.

F – Deliberações

1 – Referendar a indicação do Coordenador da CIST, Sr. Luís Carlos Araújo Lima, para participar do V Encontro Nacional das CIST's, que será realizado nos dias 26 e 27/11, em Brasília;

2 – Aprovar a prorrogação de Cronograma de Plano e Ações sobre Recursos e Execuções da Verba RENAST.

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: Solicita esclarecimentos quanto ao item 4 – Processo de Renovação do Conselho Municipal de Saúde – Biênio 2014/2015. É simplesmente referendar o que já foi definido no Pleno passado ou tem coisas novas? Se é formar a Comissão Eleitoral, solicita a inversão de pauta, pela brevidade do assunto.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Quer saber se já chegou algo do Secretário sobre a Resolução nº 004/13, em virtude de já ter se passado 60 dias do prazo da homologação. Solicita a inclusão como primeiro ponto de pauta.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Solicita a manutenção da pauta, pois o Relatório Anual de Gestão 2012 está pendente desde o final do mês de Março. Cita também o trabalho exaustivo da Comissão de Políticas de Saúde em relação ao documento.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que os itens 02 e 03 da Ordem do Dia não serão apresentados nessa reunião. Foi solicitado que sejam apresentados na reunião de dezembro. Sugere a inclusão do item solicitado pela conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste, permanecendo os demais itens.

Aprovada a pauta com a inclusão solicitada.

A- Aprovação das Atas da 176ª Reunião Plenária Ordinária e 4ª e 5ª Reuniões Plenárias Extraordinárias;

B- Informes da Mesa;

C- Informes dos Conselheiros;

D- Relato das Comissões;

E- Ordem do Dia:

1– Relatório Anual de Gestão 2012 – RAG 2012;

2 – Processo de Renovação do Conselho Municipal de Saúde – Biênio 2014/2015;

3 – Resolução nº 004/13.

F – Deliberações

1 – Referendar a indicação do Coordenador da CIST, Sr. Luís Carlos Araújo Lima, para participar do V Encontro Nacional das CIST's, que será realizado nos dias 26 e 27/11, em Brasília;

2 – Aprovar a prorrogação de Cronograma de Plano e Ações sobre Recursos e Execuções da Verba RENAST.

A - Aprovação das Atas da 176ª Reunião Plenária Ordinária e 4ª e 5ª Reuniões Plenárias Extraordinárias;

O Secretário Geral do Conselho: Informa que não houve tempo hábil para finalizar a Ata da 5ª Reunião Extraordinária. Será apresentada no Pleno de Dezembro.

O Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: Informa que pediu uma retificação na Ata da 176ª Reunião Ordinária, na fala da visitante Eliana. Como questão regimental, solicitou que não constasse a fala da visitante, pois a questão não cabia naquele momento e que haveria um pleno específico para o debate sobre a 17ª Conferência Municipal de Saúde, cuja visitante foi convidada a comparecer.

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: Diz que na última reunião também se manifestou sobre o assunto e disse que a fala da Sra. Eliana não era pertinente naquele momento. O assunto que estava sendo discutido era a capacitação dos Agentes Comunitários, portanto a fala foi intempestiva. A mesa não tomou os procedimentos regimentais. Assunto que não é pertinente não pode constar na Ata. O assunto não deveria estar constando na Ata. Como constou da Ata, quer que o regimento seja seguido, pois a pessoa não era conselheira e o assunto não estava constando na Ata.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Entende que outras pessoas também manifestaram sua palavra e que não houve interferência. A questão é democrática. Cabe ao Pleno decidir a questão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Na reunião, o conselheiro Gilberto manifestou-se logo após a fala da Eliana e pediu que não constasse na Ata. O Pleno ratificou essa retirada, foi unânime. Foi um equívoco constar isso na Ata. Após isso, foi informada pelo Secretário Geral que a visitante solicitou que constasse em Ata a sua fala e que o Coordenador da mesa (Adão) garantiu isso. Cita que o Coordenador não pode interferir sobre a decisão do Pleno. A questão está encerrada.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Esclarece que não houve decisão do Pleno e o coordenador sempre zela pela democracia e respeito aos visitantes e observadores que vêm

aqui. Não concorda com as questões colocadas, porém se a questão é regimental, que se coloque em votação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: No regimento está bem claro que conselheiro titular ou suplente tem direito a voz. Lembra que na reunião do dia 07, o conselheiro Ângelo não teve seu direito à fala e por isso a conselheira retirou-se da reunião. Que democracia é essa se o conselheiro não tem direito a voz?

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: Fala que o não respeito ao regimento é autoritarismo e não aceita que digam que é autoritário. Tudo o que foi dito aqui é democrático. Fala que o coordenador está usando de argumento falacioso para acobertar sua falha. Quem está tendo desvio de conduta é o coordenador.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: A gente está valorizando uma coisa que no meu ponto de vista não deveria ter tanto valor. Outra coisa: a visitante fez uma crítica e a crítica é uma coisa normal. Regimento aqui, cada pauta a gente deveria estabelecer um tempo para discussão e a gente não cumpre isso. Onde está escrito no regimento que ex-conselheiro tem direito à fala? Isso não está escrito em lugar nenhum e nem por isso a gente pede que se cancele a fala do ex-conselheiro. O regimento só vale quando tem um interesse político? Precisa parar com isso. Ou se cumpre o regimento, ou não se cumpre.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: O que nós julgamos naquele dia foi a pertinência da fala da munícipe e não o que ela falou. E, orientamos para que retornasse na reunião pertinente, e foi o que ela fez. O que estamos tentando fazer aqui é o exercício da cidadania e o cumprimento do regimento. Propõe que vá para a votação com a retirada da fala da conselheira.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Se os conselheiros estão afirmando que já votaram isso, não cabe mais a discussão. Agora, se há dúvidas entre os conselheiros, que se vote novamente.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Esclarece que houve outras pessoas na mesma reunião que utilizaram a palavra e que isso não está sendo levado em questão.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Se estamos aqui discutindo uma questão regimental, o que é regimento não precisa votar. Cumpre-se o regimento e elimina-se a questão de votar. Se a gente votar, estaremos incorrendo no risco de votar contra o que está no regimento e estaremos cometendo um erro maior.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Encaminha para votação duas propostas.

1 – Manutenção da fala da usuária, Eliana

2 – Retirada da fala da usuária

Proposta nº 01 – 07 votos

Proposta nº 02 – 07 votos

Empate.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que pelo regimento, na ausência do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, o voto de desempate deverá ser dado pelo Coordenador da Comissão Executiva, **Sr. Adão**.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: A fala da usuária não cabia na reunião ordinária, pois não era pauta. Que se transfira sua fala na íntegra para a Ata da Reunião Extraordinária, pois foi a reunião que discutiu a 17ª Conferência Municipal de Saúde. Manifesta-se contrária a nova votação pelo Sr. Adão.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Esclarece que é a primeira vez que se registra um empate. Diz que no primeiro momento votou como conselheiro e como está na condição de Presidente do Conselho, na ausência do Secretário, tem sim o direito ao voto.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Regimento é claro. Em caso de empate o voto de desempate é do Presidente do Conselho. Na ausência dele votaria o Coordenador da Comissão Executiva, só que ele já votou. Isso é entendimento jurídico, legislação. Não dá pra ser diferente. Você não pode num momento ser conselheiro e no mesmo momento ser o Presidente. O voto já foi computado como conselheiro, não há como computar outro voto como Presidente.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Ata é a descrição de todos os fatos que ocorreram numa reunião. Ata é espelho do que ocorreu. Não pode desmentir ou falar coisas que não houve. É esconder os fatos que ocorreram. Só vou por as coisas positivas que ocorreram? Não.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Informa que várias vezes neste Conselho, inclusive quando não era conselheira, os próprios conselheiros solicitavam que não constasse em Ata determinada fala naquele momento, portanto, é o que ocorreu no Pleno 176. O Presidente da Mesa deu a palavra à usuária, porém não consultou a plenária. A fala não era pertinente, não era pauta. Na outra reunião a usuária compareceu e estará constando sua fala. Se é bom, se é ruim, é a fala pertinente dela. Esse Conselho já tinha deliberado que não constasse essa fala, pois não era pertinente. Finaliza, pedindo a recontagem dos votos.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra que esteve na reunião e que em nenhum momento foi aprovada a questão, e sim, apenas falado.

O Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: Pergunta se todos os conselheiros estão esclarecidos sobre qual Ata se refere e concorda que deve haver a recontagem dos votos.

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: Lamenta a perda de tempo com a discussão do tema. O Presidente não tem direito ao voto, apenas ao voto de minerva. No caso, pelo regimento o coordenador tem direito a somente um voto. O regimento permite, pois o tema não é pertinente ali. Foi um erro da mesa. Houve um consenso na retirada.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Temos pautas importantes e estamos há uma hora nessa discussão. Solicita que a mesa acate a proposta de recontagem dos votos.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Informa que haverá nova votação e que não se prevalecerá da condição de Presidente da Mesa. Votará apenas como usuário.

O Secretário Geral do Conselho: Em regime de votação duas propostas:

1 – Manutenção da fala da usuária, Eliana

2 – Retirada da fala da usuária

Proposta nº 01 – 08 votos

Proposta nº 02 – 07 votos

Abstenções – 05

Aprovada a Ata da 176ª Reunião Plenária Ordinária com a manutenção da fala da usuária, Eliana.

- Aprovação da Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária

O Secretário Geral do Conselho: Em regime de votação.

Aprovam – 06 votos

Não Aprovam – 04 votos

Abstenções - 08

Aprovada a Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária

B – Informes de Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes.

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

- 1- Ofício nº 26/13, do Conselho Gestor da STS Sé, datado de 12/09/2013 informando a Moção de Apoio ao Programa Federal “Mais Médicos”;
- 2- Ofício circular nº 004/2013, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, datado de 30/09/2013, informando sua nova composição para o biênio 2013/2015: Titulares - Adriana Akemi Rastelli Ueda, Carlos Jorge Wildhagen Rodrigues, Daniel Monteiro, Gilberto Frachetta, Maria de Fátima Silva Lima, Marly dos Santos e Valdecyr Pasqual de Oliveira. Suplentes – Anderson dos Santos, Camila Indalescio Pereira, Fernando Batista Santana, Luciana Aparecida Freitas, Luciene Ferreira de Sousa, Manoel Bonfim Barros e Odete Jacinto Pereira. Presidente – Gilberto Frachetta.

3-E-mail da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, datado de 25/10/2013, informando a substituição do Sr. Fábio Cardoso, pelo Sr. José Augusto Queiroz, neste Conselho;

B- O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

1- Convocatória e Pauta para a 177ª Reunião Plenária Ordinária do CMS.

2- Cópia do ofício nº 2482/2013, do Ministério Público do Estado de São Paulo, datado de 10/10/2013 – Que trata de denúncia do Sr. Silvio Dias, referente denúncia de terceirização do setor de radiologia do Hospital do Servidor Público Municipal.

C – Informes dos Conselheiros

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala sobre a falta de medicamentos na Rede. Quer providências, o mais rápido possível.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Fala que esteve no Sábado, 09/11, na região de Parelheiros, em apoio à construção do Hospital de Parelheiros. A região possui extrema necessidade desse hospital. Fala também que não está havendo quórum nas reuniões do CONDEFI e cobra as providências dos conselheiros.

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: Fala sobre a falta de médicos no AMA Conquista III, em São Mateus, e relata como fatores a longa distância, os salários, etc. Relata a falta de medicamentos e insumos na Rede. Diz que o processo de eleição dos Conselhos das Unidades de Saúde da STS do Butantã está sendo realizado quase simultaneamente. As inscrições começarão em janeiro/14, logo após será feita a divulgação, com as eleições nos dias 14 e 15/03 e posse coletiva em 22/03.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Passa o tempo para o relato das Comissões.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Convida todos a participar do I Fórum de Doenças Falciformes Hoje – Quais os Avanços e Retrocessos; APROFE, dia 16/11, das 09 as 13h, Rua Conde de São Joaquim, 179 – Bela Vista. Passa a palavra a ex-conselheira, Vita.

Vita: Fala sobre a resolução nº240/97 do Conselho Nacional de Saúde, que o Conselho Municipal de Saúde tem a prerrogativa de indicar conselheiros para participar dos Comitês de Ética em Pesquisas. Atualmente representa o Conselho no CEP da UNIFESP e diz que é um trabalho árduo, pois tem que analisar vários projetos de pesquisa, semanalmente. Fala que há todo um processo de proteção ao indivíduo envolvido dentro de cada pesquisa. Dia 23, das 09 as 13h, haverá evento na Câmara Municipal que envolve os indivíduos que estão submetidos à pesquisas, que estarão dando maiores esclarecimentos sobre todo o processo de pesquisa - Como participar de uma pesquisa clínica no Brasil? Convida os conselheiros que estão envolvidos nos diversos Comitês de Éticas em Pesquisas. No dia 22, no Parque da Juventude

haverá evento realizado pela Dra. Anna Trotta, Guia de Informações Sobre Serviços Públicos Para a Pessoa Idosa e Guia de Informações Sobre Medicamentos Para a Pessoa Idosa, com a corroboração da Secretaria Municipal da Saúde. Fala também que faz parte do Conselho Gestor do Centro de Referência de Homeopatia, Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde, e que a Unidade está há 11 meses sem medicamentos homeopáticos.

A Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Falta medicamentos em Santo Amaro, Capela do Socorro, Parelheiros e Cidade Ademar. Quer uma posição do Conselho. No mês passado fez denúncia sobre demora no atendimento a uma família de obesos e diz que já conseguiu o atendimento. Agradece ao Ricardo. Fala que tem dois pacientes com CA que não estão conseguindo o atendimento. Por fim, informa que em sua região já começaram as articulações para a nova eleição do Conselho Municipal de Saúde.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que houve reunião de familiares de pacientes do Hospital Psiquiátrico João Evangelista, Zona Norte, que está encerrando o convênio com o SUS. Cita que têm pacientes com histórico de violência e que serão “despejados” em Dezembro. Pacientes estão sendo encaminhados aos CAPS, porém esses não têm capacidade de atender a essa demanda. Solicita providências no sentido de equalizar a questão.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: É representante no CONDEFI, informa que não houve quórum na última reunião. A próxima reunião será realizada no dia 11/12, às 14h. Usuários não estão comparecendo nas reuniões.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: No dia 22 de Novembro ocorrerão as eleições para renovação dos conselhos gestores da STS de Pirituba. Fala que a Comissão Interconselhos já fez uma visita para verificar irregularidades que estariam ocorrendo dentro do processo eleitoral. Houve também um segundo movimento “Esquenta”, porém as reuniões aconteceram no último dia das inscrições, então questiona o que ocorre quando uma mobilização é feita no último dia das inscrições. A Comissão Interconselhos fará o acompanhamento das eleições, no dia 22. Faz críticas ao Supervisor da STS Pirituba, que em sua opinião não tem o entendimento das leis do Controle Social.

D – Informes das Comissões

DST/Aids: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que a reunião da Comissão foi realizada excepcionalmente no dia 12, pois vários membros tinham outra agenda no dia 05. No Pleno de dezembro será apresentada a Programação Anual de Metas – 2014 e estará passando relatório aos conselheiros. Disse também que houve falta do leite especial para as crianças. Pede que se valorize a questão do cuidador.

Inter-Intraconselhos: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais fala que o Supervisor da STS Pirituba, Dr. João não segue a legislação do Conselho Municipal e cita que no processo para eleição dos Conselhos Gestores das Unidades de Saúde de Pirituba, o mesmo publicou que os Conselhos seriam compostos por quatro membros. Informa também sobre o processo de discussão que está ocorrendo, envolvendo a Comissão Interconselhos, Escola Municipal de Saúde, Escolas Regionais, Supervisões e Gestão Participativa, sobre a

reciclagem nas capacitações para os conselheiros gestores. A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias fala que muitas coisas errôneas estão acontecendo e que essa reciclagem é justamente para sanar os erros que vêm acontecendo.

Orçamento e Finanças: O Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais pede desculpas, pois a Comissão não conseguiu analisar o RAG 2012 e cita que houve muitos desencontros entre a coordenação da comissão e seus membros. Marcam-se as reuniões ordinárias e em seguida desmarca-se. Mais uma vez não houve a reunião da comissão. A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que a Comissão foi instalada em janeiro e que apenas duas reuniões aconteceram até o presente momento. Fala que o coordenador da comissão pede para convocar a reunião um dia antes e quase no horário da reunião informa que não vem. Desrespeito com os demais membros da Comissão.

Saúde da Mulher: A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste informa que na última reunião houve a participação da Dra. Denise Motta Dau, Secretária Municipal de Políticas Para as Mulheres, que fez explanação sobre todas as políticas que estão sendo desenvolvidas para as mulheres. O debate foi muito rico. A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais complementa que foi muito importante a participação da Dra. Denise. Informou que a comissão fez visitas às Unidades geridas pelas Organizações Sociais de cunho religioso, onde há problemas com relação a questões como o planejamento familiar. Foi importante também a participação do Dr. José Carlos Riechelmann, atualmente na diretoria da Autarquia Hospitalar Municipal, que informou que todas as maternidades que estão dentro da Rede Hospitalar Municipal estavam sendo geridas por OS e agora estão retornando para a gestão pública. O mesmo foi convidado a ser membro permanente da Comissão.

Recursos Humanos: A Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais informa que não houve quórum na última reunião e que as colocações serão feitas na Ordem do Dia.

CIST: O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde informa que a Comissão se reuniu na última sexta-feira, e solicitou dois pontos de pauta para essa reunião, um ratificando a ida de seu coordenador ao V Encontro Nacional das CISTs, em Brasília e o outro solicitando apoio à prorrogação do prazo no Cronograma de Plano e Ações sobre Recursos e Execuções da Verba RENAST.

Saúde Mental: O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte informa que não houve reunião porque não houve quórum. A próxima reunião será realizada no dia 06/12 e terá apresentação da Escola Municipal de Saúde sobre Projeto de Educação Permanente em Saúde Mental.

Políticas de Saúde: O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência informa que a comissão de Política de Saúde reuniu-se ontem, 13/11/2013, com a finalidade de fazer a redação final do relatório de avaliação do Relatório Anual de Gestão/RAG-2012. Como vários membros da Comissão estão envolvidos com o fechamento do relatório da 17ª Conferência municipal de Saúde, não houve quórum. Ressaltamos que as ressalvas constantes no Relatório foram aprovadas nas reuniões anteriores da Comissão o que dá legitimidade ao Relatório. No entanto, a decisão fica a esse Pleno.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Pede ao coordenador da Comissão de Comunicação, José da Guia que permita primeiramente a apresentação do RAG 2012, pois o Dr. José Cláudio está com viagem marcada e já está atrasado.

E - Ordem do Dia

1- Relatório Anual de Gestão 2012 – RAG 2012

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Diz que o material que os conselheiros receberam é a síntese do trabalho da Comissão. Está falando enquanto conselheiro e não como gestor, uma vez que o relatório é da gestão. O papel é apresentar o relatório da discussão. A primeira parte se refere à fala que está sendo feita, enquanto a segunda refere-se às ressalvas, ou recomendações propostas.

Relatório das reuniões da Comissão de Políticas Públicas

Pauta: Análise do Relatório Anual de Gestão 2012

A Comissão de Políticas Públicas analisou o Relatório anual de Gestão 2012 – RAG 2012, confrontando as metas propostas e o seu atingimento, sua coerência com o PMS aprovado e as metas estabelecidas para 2012 e 2013.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde deliberou à Comissão de Políticas Públicas para analisar todas as ações propostas e as metas realizadas do RAG 2012 incluído no Sistema.

Assim, a Comissão de Políticas Públicas de Saúde do CMS, se organizou e realizou o cronograma de reuniões para disponibilizar ao Pleno do Conselho a avaliação e apresentar o relatório sobre o RAG 2012 disponibilizado ao Pleno do Conselho Municipal, por meio do Sistema de Apoio ao Relatório anual de Gestão – SARGSUS. Trabalho este que foi comunicado à Comissão Executiva do CMS, que solicitou a participação de outros membros do Pleno para acompanhar os trabalhos.

A Comissão de Políticas Públicas propõe ao Pleno do Conselho aprovação do RAG 2012 com as seguintes recomendações (que podem ser tomadas ou não como ressalvas):

Inicialmente o SARGSUS disponibiliza indicadores relacionados a dados demográficos, mortalidade, morbidade através do estudo de motivos de internação, tipos de gestão na Cidade e profissionais. Verificou-se que o sistema utiliza como base de alguns dados o Sistema de Cadastro de Unidades o CNES, tem uma visão de faturamento, assim é necessário acrescentar bancos relacionados a serviços e constituição de recursos humanos para as políticas implantadas na Cidade, que foram incluídos pela SMS como arquivos anexos.

Quanto a avaliação da Programação Anual de Saúde temos:

Estratégia de Saúde da Família - ESF: Segundo denúncias recebidas pelo CMS, não houve a referida promoção da integração das atividades da ESF com os equipamentos de saúde das regiões, em especial as AMA. Exigir que as equipes de ESF propostas no Plano Municipal de Saúde sejam completas. Que a ESF (termo de convênio e contrato de gestão) seja monitorada e avaliada trimestralmente, através dos Conselhos de Acompanhamento organizados nas Supervisões, Coordenadorias e Atenção Básica (CONAC). Apesar de todos os indicadores do CONAC estarem aprovados e ultrapassados, não há evidências de controle da Participação Popular nesses indicadores, assim solicitamos a inclusão do Controle Social nas várias instâncias do CONAC.

Que o CONAC tenha a participação popular para acompanhamento das ações;

Assistência Hospitalar: Observamos que as metas programadas para Assistência Hospitalar não foram atingidas, refletindo a grave situação da assistência e em programas como o Mãe Paulistana. O objetivo de ampliar o acesso da população aos leitos SUS não foi atingido e a proposta da atual gestão é que, com o Programa Melhor em Casa, esse problema seja solucionado. A ação de implantar 600 novos leitos na rede hospitalar própria foi uma opção equivocada. Será que podemos dizer que foi equivocada? Ou foi correta, mas faltou recursos ou deixada de lado? A implantação de 600 novos leitos não ocorreu;

Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria: Implementar a Política de Regulação do Acesso em articulação com os outros municípios e com a Secretaria do Estado da Saúde e monitorar e fiscalizar contratos e convênios. Há necessidade do controle social dos convênios contratualizados. Quanto as auditorias produzidas pelo componente municipal do Sistema Nacional de Auditorias, a Comissão de Políticas solicita o acompanhamento dos seus resultados;

Estratégias por Ciclo de Vida – Saúde da Criança e do Adolescente: Que os dados possam ser descentralizados no enfoque da Redução da Mortalidade Infantil;

Saúde da Mulher: Que a SMS explique quais as medidas que estão sendo tomadas para notificação e tratamento dos casos de “sífilis congênita” em recém-nascidos, bem como de prevenção, em virtude do aumento do número de casos. Implantar estratégias de rastreamento populacional para neoplasia de mama. Que a administração apresente quais as medidas que estão sendo tomadas em relação à garantia da qualidade dos exames realizados;

Saúde do Homem: Qual o motivo pelo qual não foram envolvidas as regiões Sul e Centro-Oeste no desenvolvimento do projeto piloto em Unidades de Saúde (UBS ou ESF), integrando a PNAISH às demais políticas e ações em andamento no Município de São Paulo. Qual a perspectiva para a sequência?

Atenção à Saúde do Idoso: Que a SMS apresente a Política do Idoso quanto ao PAI e os cuidadores de idosos, bem como a aplicação dos recursos federais específicos;

Estratégias Transversais – Saúde Mental: O objetivo proposto, ou seja, “efetivar a atenção integral em Saúde Mental à população” exige uma avaliação profunda que vai além da realização apresentada nesse relatório. Assim, essa Comissão sugere um diagnóstico a ser feito pela Comissão de Saúde Mental do Conselho.

Estratégias Transversais – Saúde Bucal: As metas programadas foram proporcionalmente pequenas às necessidades da população e mesmo assim, não foram atingidas.

Estratégias Transversais – Medicina Tradicional, Homeopatia e Práticas Integrativas à Saúde: Que a SMS apresente o Programa Medicina Tradicional, Homeopatia e Práticas Integrativas à Saúde (MTHPIS), e defina uma política de acesso, acolhimento e encaminhamento aos usuários que desejam tratamentos alternativos.

Fortalecer a Atenção Integral ao Usuário – Estratégias para os segmentos vulneráveis – Estratégias para os portadores de pé diabético e úlceras crônicas: As metas não atingidas foram programadas para 2013, assim se faz necessário que a SMS apresente ao Pleno do CMSSP a programação e os recursos destinados ao atendimento desta estratégia.

Fortalecer a Atenção Integral ao Usuário – Estratégias para intersectorialidade – Aprendendo com Saúde: Implementar o Programa Aprendendo com Saúde para o atendimento no espaço escolar, visando diagnosticar precocemente e intervir nos agravos que possam comprometer o desempenho escolar. O Programa Aprendendo com Saúde não cumpriu as metas estabelecidas, apesar de informar que foram atingidas, pois suas metas são ínfimas, principalmente nas ações de Saúde Bucal;

Fortalecer a Atenção Integral ao Usuário - Estratégias para intersectorialidade – Prevenção do tabagismo e do sedentarismo. No RAG não aparecem o resultado das metas propostas para cada um deles, uma vez que o relatório foi finalizado em março e o VIGITEL só liberou os resultados recentemente. Então temos:

- a. Para o tabagismo a proposta foi de redução de 0,5% do valor com relação ao ano anterior para o total dos adultos. Em 2011 o índice foi de 19% e para 2012 atingimos 15,5%, com redução correspondente de 18,4% - meta atingida. Resultado do VIGITEL: o percentual de adultos maiores de 18 anos fumantes por sexo foi de 15,5%, sendo 20,7% no sexo masculino e 11,1% no feminino;
- b. Quanto ao sedentarismo o indicador acordado no PMS foi de 12,5% para 2013 dos adultos praticando atividade física suficiente no tempo livre e o resultado de 2012 já apontou a prevalência de atividade física suficiente no tempo livre em adultos de 27,9%, sendo de 34,6% para o sexo masculino e 22,1% para o sexo feminino.

Fortalecer a Atenção Integral ao Usuário - Vigilância Epidemiológica: Quanto ao controle de infecções hospitalares, que seja informado, para o RAG 2012, (Não será o caso de informar esse índice nos RAGs em geral?) o índice de infecções hospitalares nos hospitais da administração da autarquia e da OSS. Qual seria esse índice?

Vigilância em Saúde - Observou-se que várias e importantes atividades de Vigilância em Saúde foram prejudicadas devido ao déficit de veículos relatado;

Modernização da Gestão Pública: No objetivo “Acompanhamento técnico e financeiro dos Contratos de Gestão e aprimoramento e consolidação do modelo”, em todas as ações é imprescindível a inclusão do Controle Social;

Fortalecer a Participação da Comunidade e o Controle Social - Conselho Municipal de Saúde: Falta de infraestrutura, ausência de gestores nas reuniões e condições de trabalho para os conselheiros, recursos humanos, funcionários adequados às atividades do CMS.

Finalizamos acrescentando que, conforme ao relatório da Verificação do TAS nº146 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, no RAG 2012 a SMS acrescentou os resultados do desenvolvimento dos recursos financeiros relativos ao TAS da Atenção Básica (Diretriz 1.1) e da Saúde do Trabalhador (Diretriz 2.4.4), conforme Constatação nº 249977 do Relatório de execução do TAS – Auditoria 3649.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: No objetivo “Acompanhamento técnico e financeiro dos Contratos de Gestão e aprimoramento e consolidação do modelo”, em todas as ações é imprescindível a inclusão do Controle Social, quer saber qual é esse modelo e pede a inclusão de um ponto que ressalte o fortalecimento da Saúde do Trabalhador no município, tanto através da ampliação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e também da complementação das equipes de RH, como também de medidas de favorecimento de acesso do trabalhador e da trabalhadora à Atenção Básica para acompanhamento de saúde.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Quanto ao Contrato de Gestão, isso é a fala do Plano Municipal, então tem que ir lá e verificar todas as questões. A consolidação do modelo é a consolidação do modelo da gestão passada, do ano de 2012.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Parabeniza a comissão pelos trabalhos e sugere que no item Fortalecer a Participação da Comunidade e o Controle Social se esclareça sobre a dotação orçamentária.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Esclarece que na gestão passada o Dr. José Maria sempre apresentou nas Prestações de Contas a dotação orçamentária do Conselho.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que tem dificuldade no entendimento sobre o assunto e que a gestora de sua Unidade também não tem entendimento sobre o assunto. O Conselho Gestor da Supervisão de São Mateus também fez esse questionamento e ninguém soube informar sobre as metas cumpridas. O Conselho tem que questionar isso. Fala em requerer todos os processos para fazer a análise e aí sim, dizer o que foi cumprido e o que não foi. Pede vistas ao documento.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Propõe que seja feita uma resolução com uma ressalva apontando que o relatório seja apresentado e discutido em todas as regiões.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fala sobre as Unidades de Atendimento Domiciliar (UAD's). Não encontrou nada no documento. Melhor em Casa substituirá as UADs. Qual a garantia? Sugere que conste sobre os acamados. Fala também sobre a questão dos medicamentos homeopáticos, onde não houve a ampliação das farmácias para fazer a distribuição desse tipo de medicamento.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Na Assistência Hospitalar está escrito que o Programa “Melhor em Casa” seria a solução. É pertinente a colocação. Os 600 novos leitos também não ocorreu. Vale a pena também incluir o como ressalva a questão da ampliação na distribuição dos medicamentos homeopáticos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: A maioria dos conselheiros esteve presente na avaliação do RAG no ano passado. Lembra que foi delegado às comissões de Políticas de Saúde e Orçamento e Finanças fazer a avaliação do RAG. A Comissão de Políticas teve muitos problemas para conseguir avaliar o documento, pois os membros estiveram envolvidos com outras atividades e até mesmo problemas de saúde, porém conseguiram finalizar o trabalho. Fala que mais uma vez a Comissão de Orçamento e Finanças não conseguiu realizar sua tarefa. Não está questionando os membros da comissão e sim o papel da comissão. Fica difícil passar, hoje, o que é o Relatório Anual de Gestão. O Conselho aponta e faz as ressalvas ou recomendações sobre as metas que não foram cumpridas.

A Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Primeira coisa é entender o que é o documento, para que ele serve, qual o papel do Conselho? O que foi cumprido, o que não foi cumprido e quais as observações positivas e negativas a serem feitas. Volta à questão da Modernização da Gestão Pública. Durante todo o período, desde 2012, essa questão sempre foi muito criticada e da forma como está colocada dá-se a impressão de que o Conselho está reafirmando esse modelo. Essa questão tem que ser mudada. É imprescindível o Controle Social.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Propõe que se faça uma ressalva: Apesar do modelo buscado não ser de acordo com o proposto pelo Conselho. Isso amarra a questão do Controle Social com o modelo desejado pelo Conselho naquele ano.

Maria Helena, Ex-Conselheira: Agradece ao coordenador da Comissão Executiva por ter o uso da palavra. No Conselho Municipal, a visão futura é de 2014 até 2017. Dois mil e doze é base para discutir 2014-2017? A avaliação de 2012 não é boa, pois o Conselho não se apropriou dos princípios e conceitos que devem nortear o Conselho. No Conselho Estadual, duas questões também têm chamado a atenção: regulação e medicamentos.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Colocar no relatório a necessidade de que o Estado atenda tudo o que é de sua responsabilidade e que este Conselho está tendo de problemas.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Momento de transformar o relatório em ressalvas. Sobre a Modernização do Modelo de Gestão, fala que nenhum Conselho de Unidade conseguiu fazer avaliação sobre nenhum Contrato de Gestão e que o Controle Social para fazer qualquer avaliação tem que ter os dados disponibilizados. Que a gestão implemente tudo isso que está sendo colocado como ressalva.

O Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorde com a fala do Conselheiro Titular representante do Poder Público. O documento refere-se a 2012, portanto um outro modelo de gestão e que de agora em diante, encaminhar para que mude esse modelo de gestão.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Propõe ressalva: Que as ações das prestações de contas sejam descentralizadas para que os conselhos gestores possam acompanhar.

O Conselheiro Titular representante da Pessoa com Deficiência: A Dona Maria Helena pergunta se a RAG-2012 é base para discutir 2014-2017. Penso que se tomarmos com base a

avaliação dos RAGs, podemos dizer que “diante dos resultados insatisfatórios apresentados na avaliação das RAGs 2010, 2011 e agora na de 2012, se faz necessário a discussão desse modelo.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: O ano já está terminando, já foi encaminhado o Plano Plurianual e não temos conhecimento sobre isso. Que controle social é esse? A base não tem conhecimento de nada. Tem que construir o Plano Municipal na base. Colocar ressalva que obrigue a gestão a construir o Plano e prestar contas na base. Quer vistas do documento.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: O pedido de vistas não cabe num documento que está sendo construído, hoje. O que pode-se fazer aqui na votação é aprovar ou não. O Relatório foi entregue aos conselheiros em abril. O que está sendo apresentado hoje é o relatório da Comissão. Se os conselheiros acham que não devem aprovar, ele vota contra ou se abstém.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: Esclarece que o pedido de vistas é regimental, mas deveria ser feito na leitura da pauta e não depois que começou a ser debatido.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em votação a aprovação do Relatório Anual de Gestão – 2012, com as ressalvas e recomendações apontadas pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

Aprovam – 13 votos

Não Aprovam – 05 votos

Abstenção – 01

Aprovado o Relatório Anual de Gestão – 2012, com as ressalvas e recomendações apontadas pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

D – Informes das Comissões (continuação)

Comissão de Comunicação: O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste informa que a comissão reuniu-se no último dia 11. Foi discutida a realização do 1º Seminário da Comissão de Comunicação do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo com o tema: O Papel da Comunicação no Controle Social do SUS: Ações e Perspectivas. Os palestrantes já estão confirmados, aguardando apenas a confirmação do local. Será realizado no dia 05/12, das 08:30h até às 17:30h, provavelmente na APCD. Informa também que está sendo preparado boletim eletrônico. Segunda edição do Jornal do Conselho não deverá ser produzida no momento, em virtude do Relatório da 17ª Conferência ainda não ter sido finalizado. Vídeo produzido na posse dos Conselhos Gestores dos CRST's está em fase de finalização.

E – Ordem do Dia (continuação)

2 – Processo de Renovação do Conselho Municipal de Saúde – Biênio 2014/2015

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste e Coordenador da Comissão Executiva: Informa que, em virtude do prazo exíguo para a eleição dos novos conselheiros do CMSSP, deve-se tirar na reunião de hoje uma Comissão Eleitoral.

O Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: Solicita esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o processo na última eleição.

O Secretário Geral do Conselho: Esclarece que a comissão foi composta por membros que não teriam mais direito à recondução de mandato e aqueles que não teriam o interesse em compor novo mandato.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: Sugere que seja encaminhado e-mail a todos os conselheiros, verificando quais aqueles que não serão mais candidatos, que manifestem desejo de participar da comissão. Após isso, informar à Comissão Executiva.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: Necessidade de que se tenham gestores na comissão e que não sejam candidatos à recondução.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Reafirma a questão do prazo exíguo. Pede que na próxima executiva já tenha a quantidade de membros que participarão da comissão, paritariamente.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: Sugere que a composição da comissão seja de, no mínimo quatro e no máximo, oito conselheiros.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: O Secretário Geral encaminha o e-mail e na próxima executiva nós deliberamos sobre os nomes.

O Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: Propõe que o Pleno delibere hoje, que a comissão executiva homologue os nomes indicados.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lê parte da Resolução nº 005/13, que diz respeito ao processo de renovação do Conselho, e diz que esse processo está atrasado.

Celina: Diz que para facilitar o processo, os segmentos poderiam fazer o levantamento de seus pares e indicar quais representantes poderão participar da Comissão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: Não concorda com a proposta. Os representantes dos segmentos dentro do Conselho Municipal de Saúde podem assumir a questão.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Quer saber como ficará a questão, no caso de que haja mais de oito interessados. Respeitar a quantidade de interessados.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Solicita verificação de quórum.

O Secretário Geral do Conselho: Faz chamada nominal e constata a presença de 18 conselheiros. Há quórum.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: Propõe que este item e o ponto de pauta deliberações sejam aprovados em bloco.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular da Saúde Oeste: Propõe que o tema: Resolução nº 004/13 também seja aprovado, como ofício da Comissão Executiva ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando sua publicação.

O Secretário Geral do Conselho: Coloca em votação a aprovação dos seguintes itens: 1- Que a Comissão Executiva homologue os nomes dos interessados em participar da Comissão Eleitoral que acompanhará o processo de renovação do Conselho Municipal de Saúde – Biênio 2014/2015; 2 – A Comissão Executiva encaminhará Ofício ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando a publicação da Resolução nº 004/13; 3 – Referendar a indicação do Coordenador da CIST, Sr. Luis Carlos Araújo Lima para participar do V Encontro nacional das CIST's, nos dias 26 e 27/11 em Brasília; 4 – Aprovar a prorrogação do Cronograma de Plano e Ações sobre recursos e execuções da verba RENAST.

Aprovam – 18 votos

Não Aprovam – 0

Abstenções – 0

Proposta aprovada.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: Propõe a data de 28/11, para a realização da Reunião Plenária Extraordinária, que tratará da aprovação do Relatório Final da 17ª Conferência Municipal de Saúde e das Conferências Municipais Temáticas.

Proposta aprovada por aclamação.

O Secretário Geral do Conselho: Lê convite para participação no Seminário de Vigilância em Saúde do Trabalhador, que será realizado no dia 25/11, em Brasília. Fala que em virtude do curto prazo, é impossível que se abra processo para participação de algum representante.

A Conselheira Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: Pede ao Dr. Ricardo para que verifique se há disponibilidade da participação de algum conselheiro, mediante uso de verba da Área Técnica da Saúde do Trabalhador.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Verificará.

Reunião Encerrada às 18:30h.